

## Apontamentos sobre bioética: necessidades e perspectivas

Nilo Henrique Neves dos Reis<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil  
[niloreis@uefs.br](mailto:niloreis@uefs.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-8638-2385>

---

<sup>1</sup> É Professor Titular (PLENO) da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil, há mais de duas décadas, atuando no curso de Filosofia. Escreve ensaios filosóficos, crônicas e contos vinculados a um domínio literário, denominados prosa literária filosófica. Nos últimos anos vem se dedicando ao resgate da união entre literatura e filosofia, e tendo como espelho autores como Sartre, Camus, Nietzsche, Maquiavel e o próprio David Hume, tendo em vista que todos esses autores compreenderam a necessidade existências de ampliar suas dimensões de caráter conceitual para a narrativa literária, como mais um meio de se debruçar sobre a natureza humana. Estuda, realiza pesquisa, leciona e publica temas relacionados ao pensamento político de David Hume, Nicolau Maquiavel e Bioética. Membro dos Comitês de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Feira de Santana; da Faculdade de Medicina da Bahia e do Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Bahia; e membro da Comissão Nacional de Ética (CONEP), Brasil.

## Resumo

Nas últimas décadas, a palavra bioética vem ganhando destaque nas sociedades ocidentais, mas também persiste o mito de que nas ciências o conhecimento é buscado por si, sem relação com a economia de mercado. A história das ciências mostra que o discurso da prosperidade material decorrente de sua produção traria paz e liberdade ao homem não é verdadeiro; o próprio acesso aos seus produtos é uma evidência de que isto não ocorre. A bioética trouxe a percepção de que a existência humana não deve ser secundarizada. Não obstante, a bioética precisa perceber que as questões econômicas, através da razão instrumental, estão dando o sentido da vida, o que é nocivo aos mais vulneráveis. Neste aspecto, tomar consciência da bolha de relações humanas em que todos estão envolvidos é um passo decisivo para uma mudança benéfica, bem como proteger e ampliar o Sistema de controle social das pesquisas.

*Palavras-chave:* Bioética, racionalização, razão instrumental, mercado, atitude crítica.

Notes on bioethics needs and perspectives.

## Abstract

In the last few decades, the word bioethics has been gaining prominence in western societies, but the myth that in the sciences, knowledge is sought by itself unrelated to the market economy persists as well. The history of the sciences has shown that it is not true that the discourse of material prosperity resulting from their production would bring peace and freedom to man; the very access to their products is evidence that this is not the case. Bioethics brought the perception that human presence should not be secondary. Nevertheless, bioethics needs to understand that economic issues, through instrumental reason, are giving meaning to life, what is harmful to the most vulnerable. In this regard, becoming aware of the bubble of human relations in which everyone is involved is a decisive step towards beneficial change, as well as protecting and expanding the social control system of research.

*Keywords:* Bioethics, rationalization, instrumental reason, market, critical attitude.

Apuntes de bioética: necesidades y perspectivas

## Resumen

En las últimas décadas, la palabra bioética viene ganando relieve en las sociedades occidentales, juntamente con la creencia de que en las ciencias el conocimiento se busca únicamente en sí mismo, sin relación con la economía de mercado. La historia de las ciencias prueba que el discurso de la prosperidad material, que resulta de la producción y que llevaría paz y libertad al hombre, no es real; el propio acceso a sus productos es prueba de eso. La bioética trajo la percepción de que la existencia humana no debe ocupar un lugar secundario. Sin embargo, necesita darse cuenta de que los problemas económicos, a través de la razón instrumental, le dan el sentido de la vida, lo que es perjudicial a los más vulnerables. En este sentido, tomar conciencia de la complejidad de este universo de las relaciones humanas en la que todos participamos es un paso decisivo hacia un cambio beneficioso, así como proteger y expandir el Sistema de control social de la investigación.

*Palabras clave:* Bioética, racionalización, razón instrumental, mercado, actitud crítica.

## INTRODUÇÃO

Não se tem a missão de exaurir toda a questão que envolve a produção das ciências, seus fins e a importância de uma conduta ética que entenda como se dá a sua relação com a economia de mercado. Tal pretensão exigiria mais tempo. Neste escrito se procura mostrar que é preciso tomar uma atitude crítica no tocante à própria produção das ciências, como um passo decisivo para que todos tenham acesso ao conhecimento técnico. Ao final, depois de evidenciar que as ciências se inserem no rol da economia de mercado, propõe-se que o cidadão assuma uma participação ativa nos negócios públicos, procurando conclamar que o sentido da vida não pode ser feito por um sistema que atende tão somente a interesses econômicos.

No que diz respeito à escolha de um marco, tomemos 1620 como o ano em que Francis Bacon trouxe ao mundo o *Novum Organum* (1620), obra que se dedica a uma introdução mais eficiente para a edificação do conhecimento, opondo-se claramente à tradição baseada na leitura da Bíblia e na do *Órganon* (2005), de Aristóteles. Além da perspectiva crítica às autoridades eclesiásticas e ao silogismo aristotélico, que já trazia a conclusão em suas premissas, Bacon propõe uma maneira distinta de se investigar a natureza, usando a indução como método para aquisição do conhecimento, já que é imprescindível contar com os “dados dos sentidos e particulares, ascendendo contínua e gradualmente até alcançar, em último lugar, os princípios de máxima generalidade. Este é o verdadeiro caminho, porém ainda não instaurado” (BACON, 1620, p. 22).

Em 1627, Bacon publica a *Nova Atlântida* (1627), obra de caráter ficcional, porém não menos política e crítica acerca da realidade inglesa e do uso da ciência. Neste escrito, ele apresenta uma urbe imaginária que preza o conhecimento, organizada para a busca da verdade e desenvolvimento das ciências, o que, na perspectiva dele, proporcionaria a prosperidade material das pessoas e a ordenação civil. A ficção não deixa de ser uma ferramenta crítica em uma época em que a perspectiva escolástica determinava o que era a verdade, com suas evidências confirmadas na Bíblia e nas palavras dos santos da Igreja. Bacon expõe sua posição de que o saber teórico só adquire valor quando tem uma

finalidade prática, conduzido pela razão e voltado para a experimentação, mas também capaz de erigir uma sociedade ordenada do ponto de vista político, ético, estético e científico.

Em 1628, René Descartes escreve uma obra que já se define pelo título: *Discurso do método para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências* (1983), notadamente conhecido pelo *Discurso do método*. Devido ao conteúdo, este escrito se difundiu por várias áreas de interesse, ganhando contornos inesperados. Além da difusão do ceticismo, Descartes elenca as fases metódicas que devem orientar a investigação do conhecimento. Com estas atitudes filosóficas, ele coloca mais crítica na tradição escolástica ao mesmo tempo em que valoriza o uso da razão como ferramenta capaz de dar unidade ao saber.

Graças às palavras críticas de Bacon e Descartes, contestações foram lançadas contra as dimensões do conhecimento, da moral e da política, o que permitiu que as sementes de uma abordagem do conhecimento que abandonaria as especulações escolásticas acerca da natureza, mostrando como descobrir seus segredos, dominando-a, germinariam. Outros seguiram seus passos, promovendo não só a reforma do próprio entendimento do saber, mas uma mentalidade que excluía o peso da autoridade tradicional, dando lugar à razão, à luz do pensar humano.

Na esteira desta atitude, destacou-se a ideia de que o saber tem que ser procurado por si, sem qualquer interferência externa ao próprio saber, o que levou a produção do conhecimento a ganhar espaço, contribuindo de modo incisivo nas atividades humanas, o que também trouxe suas consequências, conforme se verá. As ciências começaram a ganhar independência, a ponto de o saber exigir que o conhecimento, o método e a evidência se adequassem aos princípios científicos.

Decorridos séculos, este modelo deixou de lado qualquer antecipação da natureza pela investigação e interpretação. E foi no decurso da modernidade, com o “Esclarecimento” (*Aufklärung*), segundo Kant (2005), que o Homem acreditou que havia chegado a sua maturidade; quando a razão foi louvada como uma deusa que muitos pensadores aprofundaram o discurso de que a produção de conhecimento tinha como propósito único a libertação do homem dos dogmas da “autoridade” e da “tutela”, pondo o acento na dimensão ético-política das ciências. Doravante, tornou-se indispensável o

argumento de que as ciências servem para a libertação da humanidade, sem se imiscuir com as questões políticas, sociais e morais. O desígnio das ciências como a busca do saber em si: este era o fundamento moral da própria atividade científica.

No século XX, diante das pressões econômicas e, especialmente, dos desvios anunciados pelo Esclarecimento, muitos críticos apontaram que as ciências não estavam promovendo a libertação do homem; pelo contrário, percebeu-se que sua produção estava associada aos interesses do consumo, produzido pela economia capitalista. Ademais, foi constatado que as ciências estavam dominando não apenas a natureza, mas também sendo usada para manipular os indivíduos, já que seus produtos permitiam o controle social e político, por exemplo com o uso de tecnologias de vigilância e de outros dispositivos mais avançados. Além disto, verificou-se uma imensa desigualdade no acesso às benesses das ciências, postas à exclusão dos pobres de todo o planeta. Tal fato pode ser comprovado com estatísticas, pois este último segmento social não tem acesso às ciências e aos produtos da tecnologia, embora o discurso oficial diga justamente o inverso. As ciências não estão produzindo para o bem comum, já que só uma diminuta parcela se beneficia delas. Em verdade, a ideia de que as ciências promovem o bem-estar das pessoas é apenas uma peça retórica, parte constituinte do seu sucesso.

As queixas contra o modo de produção sem engajamento ético, o uso desigual de acesso às ciências e seus produtos, têm ganhado voz nas mídias internacionais. Como ilustração, Kofi Annan, quando Secretário Geral da ONU, disse que “cerca de 95% da nova ciência é criada nos países que abrigam somente um quinto da população mundial. Grande parte dessa ciência – no âmbito da saúde, por exemplo – negligência os problemas que afligem a maioria da população mundial” (ANNAN *apud* TILLY, 2006, v. 18, p. 47).

A ideia de uma ciência voltada para o bem comum, fórmula concebida pelos espíritos do Esclarecimento, e, nesse sentido, mais que em qualquer outro, atuando para transformar efetivamente o mundo, é a que está contida na preocupação de Kofi Annan. Por trás de suas palavras, exige-se uma política que proporcione aos desassistidos nos países o direito de acesso às benesses científicas. Nas colocações do Secretário Geral da ONU, pede-se uma intervenção política e moral que permita o acesso aos frutos do conhecimento aos pobres. Aos olhos dele, é necessário encontrar um meio de fazer com que o saber técnico-científico chegue a todos, pois não há como salvar a população se uns

monopolizarem estes recursos apenas para si. Kofi Annan, entretanto, ao admitir que todos têm o direito aos produtos da ciência, vai mais longe, porque visualiza que as gentes, sem exceção, deste planeta estão subordinadas a uma causa recíproca: ao estatuto da natureza humana, qualidade constituinte que subscreve a jurisdição da ONU. Este apelo dramático do Secretário já estava presente na bioética de Potter, quando exigia por “decisões nos cuidados de saúde e na preservação do ambiente natural” (POTTER, 1988, p. 152-153). A preocupação de ambos obedece ao molde clássico da responsabilidade com o outro, proposta pelos humanistas modernos, que está substancialmente alicerçada na ideia de que a produção científica deve ter um princípio de obrigação mútua de uns com outros, e com o mundo, que engloba a todos, o que estava, com certeza, na fisionomia de uma nova ordem mundial de que as ciências não devem secundarizar a vida humana pela proeminência do saber. E esta forma original, conformada através de princípios éticos, tem promovido alterações em várias partes do mundo, o que trouxe uma preocupação com os envolvidos nas pesquisas que deixaram de ser vistos como objetos e se tornaram participantes das investigações.

No Brasil, as ideias de Potter encontraram leitores sensíveis que, ainda chocados com os escândalos científicos divulgados pelo “Relatório Belmont”, em 1978, perceberam que a pesquisa científica precisava ser promovida sob certos aspectos éticos, princípios norteadores, o que só ganhou materialidade na década de 90, através do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que criou a Resolução CNS 196/1996. Esta medida permitiu a formação de uma rede baseada em conceitos básicos de pesquisas que envolvessem seres humanos. A ideia principal era que certas condições precisavam ser cumpridas, por parte dos pesquisadores, para que o empreendimento científico fosse razoavelmente posto em consecução: o controle social da pesquisa, que toma o direito à devida dignidade da pessoa humana como o padrão geral da pesquisa na sociedade. O Sistema CEP/CONEP insistiu, desde o começo, que toda investigação apresenta riscos aos participantes; assim, com o intuito de evitá-los, ficou decidido que os protocolos de pesquisas seriam doravante submetidos à análise dos referenciais da bioética: autonomia, não maleficência, justiça e equidade, promovendo uma ação social que traria não só uma correção aos excessos, mas moldaria uma atitude desejável, a saber, as investigações com engajamento ético. Esta foi uma mudança significativa, que ainda enfrenta, todavia,

resistência na própria propositura de algumas pesquisas que não mesuram devidamente os riscos aos quais são expostos os participantes.

Ocorre que o termo bioética, no século XX, ganhou contornos inusitados para as ciências, consoante com as atitudes de Bacon e Descartes. O que era, no início, vista como uma atitude moral aos operadores das ciências, mostrou-se cada vez mais relevante e, ao mesmo tempo, salutar para a própria produção das ciências: a ideia de que a produção científica só pode acontecer com engajamento ético, numa ação moral em que a atividade deve respeitar o princípio da dignidade humana, bem como outros princípios éticos que coadunam com as Declarações Universais dos Direitos Humanos. A origem do vocábulo tornou-se incerta depois da publicação de “Fritz Jahr and the foundations of global bioethics: the future of integrative bioethics”, como lembra Leo Pessini (2013, p. 10); contudo, independentemente do mérito de quem o cunhou, sob várias perspectivas, é a força sensível de que as ciências devem ser submetidas a padrões éticos, voltados para a preservação e bem-estar do indivíduo e da vida no planeta. Fritz e Potter valorizam esta perspectiva.

Seguindo na compreensão de Van Rensselaer Potter, é preciso que haja “um sistema de moralidade baseado no conhecimento biológico e nos valores humanos, com as espécies humanas aceitando responsabilidades pela própria sobrevivência e pela preservação do meio ambiente natural” (POTTER, 1988, p. 153- 154). Essa percepção do mundo se liga à suposição de que o conhecimento produzido pelas ciências deve, necessariamente, trazer benefícios à sociedade, preservar as condições ideais de conservação ambiental para as gerações futuras, além de escolher seu bem-estar como valor supremo da espécie humana.

Não obstante as implicações benéficas desejadas na expressão, é preciso dividi-la em dois blocos, cuja separação se dará com o uso da preposição “com” para análise do seu conteúdo; este exercício permitirá compreender a fragilidade ética de sua posição antes que ocorra a sedução do leitor. Na primeira parte, atente-se ao que diz: “um sistema de moralidade baseado no conhecimento biológico e nos valores humanos”. O artigo indefinido já permite a abrangência de sua aleatoriedade, a escolha do incerto. No que tange ao vocábulo ‘sistema’, na própria definição está contido o significado de conjunto, nos quais há princípios e ideias articuladas entre si. No entanto, não se mostra como o conteúdo está arrumado. Ao se acrescentar o substantivo ‘moralidade’ como atributo de

uma coisa incerta, ligado a algo não articulado, sem o ser, percebe-se o quanto a expressão ficou incompleta. Sem embargo, na busca de um pressuposto que fundamente o que foi expresso anteriormente, recorre-se a uma ciência que estuda os seres vivos e, de igual natureza, a duas palavras que juntas possam ser entendidas como uma afirmação autoevidente. Porém, o ser humano, no âmbito de suas escolhas, não pode ser definido somente pela biologia, já que ele é um ser simbólico. Na segunda parte, por sua vez, onde está escrito “com as espécies humanas aceitando responsabilidades pela própria sobrevivência e pela preservação do meio ambiente natural”, segue mais um desejo do que um fato, posto que muitos humanos no tempo de suas décadas de vida não tomam consciência de si, muito menos responsabilidade de si, de outrem, menos ainda da natureza. Embora o uso da preposição estabeleça uma relação das passagens, uma detida análise da última parte, não se prendendo ao efeito sedutor dela em sua totalidade, não parece indicar outra coisa senão o reforço do que já foi colocado na primeira, somado nas entrelinhas que este é o único local que tem cada indivíduo para viver por algumas décadas, consciente ou não de sua relação com o que lhe cerca.

No que se refere à sentença, não há qualquer verdade científica, apenas um valor moral. E todo valor se sustenta em uma crença. Que fique claro aqui a posição do autor: que cada indivíduo se realize plenamente, o que só é possível com o fim das desigualdades sociais. Mas esta é também mais uma crença. Aliás, só uma criatura atribui valor às coisas, inclusive o sentido de ser anti-humano. Apesar das controvérsias morais, aquela expressão de Potter introduziu novidade, na forma de um conselho moral: os humanos têm obrigações uns com os outros. Assim, quando tais palavras ganharem sentido jurídico normativo, ético e estético, ter-se-á uma boa situação de que a espécie humana, enfim, está seguindo a crença certa. Mais uma vez, que fique claro que não se trata de uma verdade científica ou religiosa, mas de um conselho moral que se baseia na obrigação mútua de uns cuidarem dos outros.

Com tais ressalvas acerca da bioética, quando analisadas por este mesmo prisma, mostra-se que qualquer discurso a favor desta forma de produção das ciências está fundamentado na crença de obrigações morais de uns com outros, e que qualquer fundamentação será uma escolha humana. É, pois, correto afirmar que "os benefícios da tecnologia moderna proporcionaram inúmeros benefícios, mas é impossível fechar os olhos



para o massacre, tortura, humilhação, degradação e outros males infligidos a milhões de pessoas inocentes em nosso século” (PAZ, 2017, p. 86). Este trecho de Octavio Paz, quando recebeu o Prêmio Nobel de Literatura, em 1990, convida a uma consideração acerca da presença das ciências, assim como foi a passagem de Kofi Annan e, sobretudo, com as resoluções vigentes no Brasil no que respeita a pesquisas que envolvem seres humanos. As ciências são um recurso significativo para eliminar vários problemas que atormentaram o homem ao longo de sua existência, mas, por que, decorridos séculos, elas não têm contribuído para eliminar as desigualdades sociais, sequer no acesso aos seus produtos de saúde? Em um mundo cada vez mais controlado por um sistema capaz de realizar cálculos com mais eficiência, nos quais os instrumentos das ciências operam dentro de redes estruturadas para garantir o processo de racionalização, por que milhões de pessoas não têm acesso aos produtos das ciências? Afinal de contas, o objetivo da racionalidade está cumprido no plano dos produtos. Este é o motivo pelo qual é preciso realizar uma reflexão ética capaz de preservar a existência e o bem-estar de todos os humanos, mesmo encantados pelas ciências. Em vista disto, é imprescindível que a bioética entenda as questões que estão em volta da produção científica, notadamente, como ela influencia a própria visão da realidade. Em “A Casa de Salomão”, parte da ficção de *Nova Atlântida*, de Bacon, bem como o projeto do Esclarecimento, a meta centrava-se no cultivo da ciência para trazer prosperidade, paz e bem-estar social. Apesar disso, parece que este ideal de vida não foi ainda atingido, tendo em vista que “durante a segunda metade do século passado, as diferenças ligadas ao capital financeiro, à informação, aos meios de comunicação e ao conhecimento técnico-científico participaram cada vez mais na produção de desigualdade” (TILLY, 2006, p. 56). Mas, será verdade esta afirmação? E como ela afeta minha compreensão das ciências?

Em 1977, o filósofo brasileiro Emmanuel Carneiro Leão escreveu que os referenciais da sociedade atendem aos parâmetros da racionalidade científica, o que justificaria a designação deste tempo de “era atômica”, à proporção que as ciências são tomadas como a única forma verdadeira de conhecimento, o que pressupõe que compete a elas organizar a vida social, econômica, política, religiosa, filosófica e biológica do ser humano, independentemente de

qualquer que seja nossa atitude frente a esse ou àquele resultado científico. Quer atribuamos à ciência valor humano, quer lho neguemos, quer vejamos nela apenas algo indiferente para os valores, a ciência determina sempre o sentido do ser que somos e do ser que não somos. Decide da concepção da verdade em que vivemos, nos movemos e existimos (LEÃO, 1991, p. 11-12).

Diferente das sentenças de Potter e Paz, a afirmação filosófica de Carneiro Leão é uma verdade autoevidente, estamos na quadra do tempo tomados pelas ciências, posta a realidade de que, do pré-natal ao óbito, cada indivíduo – aquele que tem acesso às suas benesses – é seguido por uma série de ciências. Para diminuta parte, seus produtos colaboram pela melhoria da saúde, mas também servem para realizar o controle político e social da vida das pessoas, conforme Herman e Chomsky (2003) revelam em *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. Este último ponto pode suscitar polêmicas, mas graças a uma série de conhecimentos científicos é possível entender, manipular e prever atitudes dos seres humanos com base nas informações coletadas durante sua existência. Acrescido aos estudos coletivos e das instituições sociais que “instituem” os valores a serem perseguidos e evitados para que a sociedade científica aparente sua coesão social, tornam-se informações preciosas para regular modelos de conduta. Os valores servem como instrumentos efetivos para controle social de seres simbólicos. E não se deve desconsiderar o fato de que em muitas situações o próprio indivíduo não percebe que é dominado por outrem, já que há uma série de processos complexos interagindo de várias maneiras. Este tema da dominação pode ser visto em Anthony Giddens (2003) e, em especial, nas obras de Pierre Bourdieu (1974; 2007) que tratam das edificações individuais através do *habitus*.

Talcott Parsons, em *Estrutura da ação social* (1995), já tinha demonstrado que tais controles servem para vigiar o indivíduo, exercendo influências em seus comportamentos por intermédio da socialização. Convém apontar que sendo um animal simbólico e, simultaneamente, com necessidades materiais, o conhecimento de fatores biológicos pode ser articulado, o que, em mãos certas, aqueles que controlam o sistema, pode moldar as opiniões reinantes, estabelecer valores sociais que permitem direcionar o sujeito para a conquista de prêmios e punir com sanções os que se desviam do padrão constituído. E a coerção econômica, a jurisdicional e a simbólica – que são partes essenciais do sistema –

são ensinadas ao indivíduo desde a tenra idade para que seu comportamento atenda às expectativas que legitimam o domínio, reforçando os mesmos mecanismos institucionais que fazem com que o sujeito não tenha consciência de sua dominação.

Durkheim, por exemplo, em *A educação moral* (2008), também percebeu que o poder da coerção é uma ferramenta eficiente para moldar o comportamento das pessoas. Portanto, a sociedade exprime claramente (e de modo velado) os valores que sustentam sua estabilidade. No caso das ciências, sua função é gerar benefícios tecnológicos decorrentes da racionalidade instrumental, apoiados por um discurso de que este é o caminho que leva a fins utilitários, como liberdade e melhoria de vida para os humanos. Logo, prosperidade material e ordenação civil. Enquanto tal domínio se estende cada vez mais, percebe-se que a afirmação de Leão (1991) não ganha uma real compreensão nem mesmo entre os investigadores da bioética. A visualização do conhecimento técnico-científico, além do discurso acadêmico e público, mostra, como bem observou Tilly (2006), que os pobres não têm acesso às benesses das ciências, contrariamente ao grande sucesso destas em diversas áreas que poderiam atuar de modo incisivo para eliminar desigualdades. Do mesmo modo, falta ainda uma sensibilidade consciente aos participantes das pesquisas que envolvem seres humanos – as novas proposições científicas atendem, em boa parte, as disposições vigentes por conta do controle social do Sistema CEP/CONEP.

Em pleno século XXI, mesmo com o credo de Potter, parte da comunidade científica não aprendeu a lição de que a obrigação mútua de uns com outros é um passo fundamental para criar um ambiente de confraternidade; e, dominada pela retórica das ciências, não deu conta da observação de que “a ciência determina sempre o sentido do ser que somos e do ser que não somos. Decide da concepção da verdade em que vivemos, nos movemos e existimos” (LEÃO, 1991, p. 11-12). O resultado da produção científica seria distinto se o conhecimento dela fosse além do oficial, apreendendo o conteúdo profético da ilusão das ciências sem suas interferências econômicas e políticas.

Em *Dialética do esclarecimento*, lançado em 1947, Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) procederam uma análise e crítica do projeto do Esclarecimento (Aufklärung). De acordo com os autores ora referidos, por trás da ideia de libertação do homem pelo uso das ciências, o que se presenciou, de fato, foi o surgimento de uma razão instrumental – conceito fundamental para compreender o pensamento dos autores – que utilizou o conhecimento científico para impor uma mentalidade baseada no discurso da

ordem e do progresso, cujas manifestações poderiam ser vistas no fascismo e nazismo. Adorno e Horkheimer entenderam que, na apologia da razão libertadora, um mito se edificava à proporção que a razão ganhava domínio sobre a natureza, corroborando que ela era um instrumento eficiente para dominação da natureza e do próprio homem. Em 1947, foi publicado o livro *Eclipse da razão* (2002), obra de Horkheimer, na qual ele expõe que o avanço das ciências serviu para anular o próprio fim do homem: a sua libertação. Conforme o autor,

enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humanos, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação de massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução (HORKHEIMER, 2002, p. 7).

Para o autor, a constituição das ciências está determinando o próprio sentido do homem, por um lado, entre outras coisas, e, por outro, promovendo o desmoronamento do sentido mesmo da razão, o qual seria edificar uma existência mais bem-sucedida para o homem, instalando um “correto modelo de vida” (HORKHEIMER, 2002, p. 20) no qual o destino humano ficaria assentado em “princípios concretos fundados na razão objetiva: as ideias de justiça, igualdade, felicidade, democracia, propriedade” (HORKHEIMER, 2002, p. 25). A verdade filosófica, neste caso, é que a autêntica atitude da razão não só é fonte de progresso técnico, mas também não permite que o homem seja mais humano, pois sua existência, o sentido de ser, é determinada pela racionalização do sistema, cujo fim último é a organização racional para atender ao mercado e gerar riquezas, ainda que, de modo inconsciente, o aprimoramento do ser humano se dissipe na produtividade que lhe transforma em mais uma coisa, entre tantas outras, desse mesmo mercado. E o que acentua a denúncia de Horkheimer (2002) é que, diante das ciências, o humano é marcado pela impotência, enquanto, no imaginário, constrói e eleva o fantasioso mito da razão libertadora. O homem passa a ser mais um objeto entre os tantos que o cercam. Aliás, em uma sociedade guiada por forças econômicas, ainda que haja uma série de imperativos morais, ou até direitos fundamentais ou, ainda, um princípio da dignidade humana assegurado por cartas magnas, ao final, tudo gira em torno do fator econômico, abalizado na eficiência, graças à razão instrumental. Além disso, na desconstrução do mito de que as

ciências servem a todos, Tilly (2006, p. 48) assevera que “a superação das barreiras entre os beneficiários e as vítimas do acesso desigual exige, normalmente, a ação heróica (sic) de advogados e autoridades políticas”. Ora, não há dúvida de que a sociedade tecnológica é marcada pelo discurso da ideia de progresso, fato que é explorado pela educação formal, através das Declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão e Universal do Homem. Não obstante, a verdade é que esta última, que inspira diversas cartas constitucionais, ao tempo em que tenta ser uma resposta eficiente a todas as atrocidades cometidas contra os pobres, não passa de mais um apelo moral, uma referência que ganha contornos jurídicos em todo o Ocidente, porém não estendido a todas as pessoas. Talvez por isso que, em 1951, em *Minima Moralia* (ADORNO, 1993), usando de aforismos, com uma vertente moral, alicerçada na compreensão das relações utilitárias que prevaleciam na sociedade, Adorno exprime que os danos causados por uma era atomizada pelas ciências afetam a existência, principalmente quando flexibilizam as posições éticas para concretizar a dominação do sistema.

Adorno e Horkheimer e Carneiro Leão defendem que as ciências estão presentes em todas as esferas da atividade humana, colaborando para o progresso científico ao mesmo tempo que desvalorizam a função primordial da razão, que era libertar o homem. Esta quadra do tempo pode ser chamada de científica graças ao alto valor das ciências e à objetividade de seus produtos. Para eles, decorridas décadas, as ciências continuam determinando as vidas humanas, e as implicações não críticas desta questão estão longe de serem entendidas plenamente, inclusive por parte da comunidade de bioeticistas. Afinal de contas, boa parte das pessoas tem sido incapaz de perceber que não há saber desinteressado, bem como acredita que as ciências estão distantes das contendas políticas, econômicas e sociais ou não mensura como ocorrem as aproximações. É preciso se resignar com as palavras de Carneiro Leão (1991), assim como é indispensável compreender as contradições do uso das ciências no mundo real e o seu discurso idealizante.

Graças à sua tarefa de analisar o funcionamento da natureza, feita com extraordinária diligência, as ciências desfrutaram de elevada consideração social, sendo a mais alta autoridade nas questões do conhecimento. A investigação científica tornou-se a fonte da “verdade” e, como fato social (DURKHEIM, 1995a), moldou um novo *ethos* que modificou substancialmente as relações humanas e, por conseguinte, o sentido da vida. A ideia da busca do saber pelo saber, tão propagada pelo positivismo clássico, ainda perdura,

mesmo sendo questionada por legislações que tentam colocar uma prática científica engajada por princípios éticos. Com isto, a questão da alteridade – o entendimento do outro – é deixada de lado, visto que, na era das ciências, o fundamental é descobrir como as coisas funcionam, como causa e efeito. Soma-se a isto a ideia difundida de que o conhecimento científico liberta, transforma o mundo e aperfeiçoa o humano. Em pleno século XXI, o controle social das ciências tem apresentado uma série de pendências éticas em protocolos de pesquisas que são cumpridos pela imposição das normas vigentes, mas que não são bem aceitos pela comunidade científica. E por que exigências éticas são impostas à atividade científica?

Exatamente porque toda a vida de hoje tende cada vez mais a ser submetida à racionalização e ao planejamento, também a vida de cada indivíduo, incluindo-se os seus impulsos mais ocultos, que constituíam o seu domínio privado, deve ser agora levar em conta as exigências da racionalização e planejamento: a autopreservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento às exigências de preservação do sistema. Ele não tem mais possibilidades de escapar do sistema. E na medida em que o processo de racionalização não é mais o resultado de forças anônimas do mercado, mas é decidido pela consciência de uma minoria planejadora, também a massa de sujeitos deve ajustar-se; o sujeito deve, por assim dizer, dedicar todas as suas energias para estar “dentro e a partir do movimento das coisas”, nos termos da definição pragmatista (HORKHEIMER, 2002, p. 100-101).

A razão instrumental torna-se uma força objetiva que cobre todas as relações humanas, até mesmo nas formas mais particulares da autonomia do indivíduo. Todavia, alguns acreditam que seu esforço para controlar a natureza, as suas observações e as teorias e produtos das ciências está vinculado apenas ao interesse do saber, mantendo uma atitude passiva quanto ao uso da ciência em uma estrutura social articulada por modo de produção econômico. Ora, se do nascimento à morte, das pulsões eróticas à sexualidade do corpo, dos mistérios da fé à contribuição do dízimo, os cientistas estão dentro de uma bolha humana que se relaciona com a economia, inclusive a razão instrumental que fornece os bens materiais atende a uma produção voltada para o consumo.

Em um sistema administrado pela razão instrumental, as pessoas se tornam dados de um sistema, articulado por uma inteligência externa que vive e pensa em como alimentar cada vez mais sua base de informação. A história mostra, se bem entendido o projeto do esclarecimento, que foi bem isto o que aconteceu ao se afirmar a superioridade da razão para melhor encadear os processos sociais, preocupando-se apenas com o cálculo dos

resultados entre meios e fins. Auguste Comte colaborou eficientemente para reforçar esta opinião ao difundir o escrito *Discurso sobre o espírito positivo* (1990). Além de retomar discussões do *Curso de Filosofia Positiva* (1983), Comte defende a necessidade da ordem para construção do progresso, afirmando não só a proeminência das ciências, como também a importância de introduzir uma educação voltada para as massas aceitarem o modo de pensar das ciências como o mais elevado, interiorizando este valor ao tempo em que deixava de lado qualquer contribuição crítica da filosofia.

Obviamente que tais ideias eram insuficientes para justificar a primazia que as ciências conquistaram no mundo moderno, tampouco arrolar as contribuições de René Descartes, Francis Bacon, Galileo Galilei, Isaac Newton, entre tantos, afinal de contas, desde que as dificuldades naturais foram se apresentando aos homens, como diria Rousseau (2015), a busca de soluções os impeliu ao contato com outros e a ‘perfectibilidade’ despertou sua razão para contornar os problemas da existência. Graças a estes pensadores que valorizam o uso da razão para trazer a unidade ao conhecimento em algum momento da modernidade, algo transformou o modo de ser desta razão.

A partir da modernidade, foi se edificando uma ideia de ordenação natural, na qual o homem devia perceber seu papel canalizando suas energias para a construção do interesse coletivo. Então, que processo mágico sucedeu no tempo que alterou profundamente o espírito das ciências? E qual a contribuição da modernidade para este modo de pensar?

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização dos valores e normas etc. (HABERMAS, 2000, p. 5).

A modernidade trouxe uma atitude prática diante do mundo, um cálculo de ação. A prosperidade material e a ordem civil devem ser conseguidas por uma razão instrumental a serviço da liberdade do homem. Esta razão instrumental toma a utilidade como padrão, tendo como estratégia acentuar as escolhas positivas, evitando, por exemplo, uma “razão crítica”. Aliás, o exame à razão de Adorno e Horkheimer trouxe os conceitos de razão

instrumental e crítica, na qual a primeira é entendida pela racionalização da produção pragmática voltada para o cálculo e otimização das relações entre meio e fim da própria produção, o que leva o sentido da vida a ser determinado pelas ciências. A razão crítica questiona justamente esta racionalização instrumental, uma vez que tal eficiência não realizou o projeto de libertação do homem, mas sim o contrário.

Tudo isso é muito mais fácil de ser reconhecido quando se vê o interesse econômico dominando a natureza com o uso da tecnologia. Foi neste intercurso que se moldaram os traços tomados depois por Comte de que a produção mais organizada e regulada por sistemas racionais configurava mais interesses produtivos para a sociedade. Durkheim, em *Divisão do trabalho social* (1995b), havia deixado claro que a divisão do trabalho promoveria a coesão da sociedade moderna, graças à internalização de valores solidários e à coordenação dos esforços, uma sociedade fundada sobre a solidariedade orgânica. Graças às ideias alicerçadas na contribuição da razão, estabeleceram-se os primeiros elos entre uma sociedade centralizada e uma cultura científica. Afinal,

É a razão que anima a ciência e suas aplicações; é ela também que comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas; é ela, finalmente, que substitui a arbitrariedade e a violência pelo Estado de direito e pelo mercado. A humanidade, agindo segundo suas leis, avança simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e à felicidade (TOURAINÉ, 1997, p. 9).

Conforme expõe o autor, sob a proeminência das ciências, na mesma linha trazida por Rousseau, o uso da razão foi dando soluções eficientes para uma melhor adaptação humana ao mundo, mas, ao invés de servir à ideia de homem, ao elucidar os segredos da natureza e do homem, ela substituiu os mecanismos de controle, encobrendo o mundo com sua perspectiva, criando a própria interpretação da realidade, casando com a abordagem de Carneiro Leão (1991, p. 11-12) de que a “ciência determina sempre o sentido do ser que somos e do ser que não somos. Decide da concepção da verdade em que vivemos, nos movemos e existimos”. Mas agora já cabem perguntas: a racionalização de todas as coisas, do mito das ciências e o discurso do aperfeiçoamento tecnológico constante estão sendo usados para transformar o mundo em um lugar melhor para todos ou para atender as demandas do mercado de consumo? Sob o domínio das ciências, as desigualdades sociais estão sendo extintas ou novas formas de dominação estão sendo estabelecidas? Estas eram preocupações que estavam presentes nas análises de Adorno e Horkheimer, membros da



escola de Frankfurt, posto que, controladas por humanos, com claros interesses econômicos em dominar o acesso aos recursos naturais à custa de outros, mostraram que “o conteúdo, métodos e categorias da ciência não estão acima dos conflitos sociais” (HORKHEIMER, 2002, p. 87). Embora haja muita produção científica bem-intencionada, aos olhos daqueles que têm poder sobre o sistema, as ciências se tornaram mais uma ferramenta utilizada para o controle social, impondo coerções coletivas aos indivíduos.

Contudo, uma nova geração de domínio vem se construindo há tempos, conforme observou Deleuze (1992), o que implicará uma transformação no modo estético de sentir o humano, já que substituirá a antiga sociedade disciplinar pela de controle. Estruturalmente, um novo significado na maneira de ver o humano será requerido, antepondo a crise das instituições atuais e, ao mesmo tempo, negando o direito de resistência à opressão tradicional que não se ajusta de modo crítico à coerção e à violência que vinham dos gabinetes.

E, provavelmente, ocorrerão mudanças substanciais em um curto prazo, uma vez que o uso eficaz das ciências molda opiniões e comportamentos, imaginem, então, quando a Inteligência Artificial consiga “imitar” a subjetividade humana? – isso é outra história. O pesquisador da bioética precisa compreender as complexas relações entre o mercado, as instituições socializantes e os valores referenciais da sociedade, bem como os bastidores da violência material e simbólica provocada pelas ciências que não aceita as críticas às ciências, como uma espécie de blindagem que está relacionada com a adequação dos meios aos fins do mercado. A bioética não pode ser imaginada somente como uma reflexão moral localizada, ela precisa ser tomada de forma mais ampla, como uma arte, um ofício que exige habilidades técnicas, como aquelas que Platão alertava no uso do termo *techne* (PLATÃO, 2007, 464-465c-d, p. 68-69). Assim, sua função é conhecer bem o objeto de que se ocupa, sendo capaz de associar sua competência com o fim de auxiliar a vida. E este fim impõe as obrigações de prever o melhor para a espécie e não o atendimento ao mercado, mesmo sabendo que este tem um peso sobre sua reflexão. Não obstante, aos críticos das desigualdades sociais, é fácil perceber que as forças que dominam o destino da humanidade também recorrem às ciências para fornecer sua legitimidade, seja pelo alto valor conferido ao conhecimento, seja para impor ideais coletivos que dão sentido à vida. Advém que os indivíduos, graças ao significado social, atribuem mais valor às conquistas das posses do que ao devido cuidado de uns com os outros, o que permitiria, com o sucesso tecnológico,

uma maior comodidade às pessoas, além do sentimento de responsabilidade mútua entre os seres humanos, estendendo este sentimento a uma preocupação com o ecossistema. Não se deve desconsiderar aqui as advertências de Durkheim. Em *A educação moral* (2008), ele expõe como o indivíduo se sente compelido a atender às exigências sociais impostas pela sociedade. Todavia, concomitantemente ao aperfeiçoamento do ser humano, assiste-se cada vez mais, ao uso das ciências para dirimir as tensões sociais, sendo o Estado a instituição que apenas garante a posse das propriedades por parte de uns às custas de outros, enquanto as ciências, servindo aos interesses de quem realmente as comanda, conjuntamente com o Estado, reproduzem o discurso de que o aprimoramento tecnológico traz fartura e liberdade sem se envolver com política. Autores como Maquiavel (2007) e Hobbes (1983) apresentaram sólidos argumentos de que os humanos são movidos pelos seus interesses, o que deixa claro, por sua vez, que os conflitos serão incontornáveis. As ciências continuam prometendo instaurar o paraíso na terra com a instalação, cada vez mais articulada, do sistema, na lógica da ordem, com a razão instrumental; no entanto, as massas, os pobres, não sentem os resultados destas ciências sobre si, tampouco entendem como funcionam para seu proveito – pelo contrário, são apenas usados em seus protocolos.

A bem da verdade, a produção científica contemporânea obedece à lógica da economia, o que obriga as instituições científicas a serem subordinadas aos interesses financeiros. Por trás do discurso do aperfeiçoamento do homem se percebe, depois de retiradas as camadas de acobertamento da realidade, que o sistema que estimula a busca da verdade em público visa apenas ao interesse econômico – quem duvida basta ver quantas doenças tropicais poderiam ser erradicadas em curto prazo. Aliás, este era o ponto suscitado por Kofi Annan: as ciências não estão sendo usadas para eliminar as desigualdades de acesso aos seus produtos.

Na era das ciências – afinal, elas determinam o sentido do ser dos indivíduos –, a bioética luta contra o “dragão tremebundo” (ORTEGA Y GASSET) da sociedade científica sem conhecer os bastidores que financiam as grandes melhorias tecnológicas e não percebe que a sociedade transforma tudo à sua volta em mercadoria para ser vendida, inclusive a produção científica. Os cientistas estão dentro da bolha das relações econômicas. A bioética opõe-se ao discurso do saber pelo saber; porém, poucos bioeticistas se dão conta de uma questão fundamental: a produção das ciências e seus críticos estão indissolivelmente

dentro da mesma bolha, mas, perguntar-se-ia, estão fazendo uso de uma razão crítica? Que fique claro, não basta uma ética comprometida com a espécie, mas a compreensão da própria bolha. A bioética, para defender uma posição mais autêntica de vida para o ser humano, precisa conhecer as relações de produção das ciências e como “o conhecimento técnico-científico se tornou uma das principais bases da desigualdade em todo o mundo” (TILLY, 2006, p. 54). Se a bioética busca promover o respeito à dignidade não pode desconsiderar o conhecimento da bolha, do sistema. Uma ilustração polêmica do sistema é o complexo industrial farmacêutico, que se apresenta como cultor das ciências, porém nega-se em investir em remédios e vacinas tropicais por conta de interesses econômicos.

Como se observa no mundo real, as ciências se desviaram do propósito primevo de libertar o ser humano. Em *Dialética do esclarecimento*, Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) perceberam que as luzes da razão estavam levando a humanidade a uma nova forma de barbárie, já que os homens continuam matando uns aos outros, agora com o auxílio das ciências, que foram levadas para o campo de conflito. Aos descrentes desta afirmação, basta notar a diferença crucial das primeiras batalhas humanas, com uso de paus e pedras no passado e a utilização de mísseis balísticos, sistemas antibalísticos, aviões, submarinos, *drones* e programas de GPS para emprego na guerra. Sem mencionar a alta tecnologia científica para enriquecer urânio para ogivas nucleares e os diversos estudos biotecnológicos para criação de armas biológicas. Desse modo, o propósito do uso do conhecimento para libertar e aperfeiçoar o ser humano não só não se concretizou, como tem precarizado o sentido da sua existência, já que banalizou o uso da violência contra o próprio homem. Em *Eclipse da razão*, Horkheimer (2002) denuncia que o aperfeiçoamento técnico causou uma ‘desumanização’ da espécie humana. Essa perspectiva decorre em razão de

a vida de cada indivíduo, incluindo-se os seus impulsos mais ocultos, que outrora constituíam o seu domínio privado, deve agora levar em conta as exigências da racionalização e do planejamento: a autopreservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento às exigências de preservação do sistema (HORKHEIMER, 2002, p. 100).

E o sistema transforma absolutamente tudo em objeto de consumo, inclusive a própria atividade científica, que termina por dominar o caráter individualista do sujeito que direciona sua investigação para áreas que lhe tragam algum tipo de retorno valorizado pela sociedade, a busca pelo saber, em si, afeta até a verdadeira escolha. Nesta perspectiva,

como bem assinalou Horkheimer, o indivíduo está preso inexoravelmente ao sistema, tendo que dedicar suas energias a alimentar o próprio sistema que lhe informa quais são seus objetivos a perseguir. Neste sentido, a moral é sensivelmente afetada pelos elementos econômicos, políticos e socioculturais. Isto pode ser bem compreendido com a constante escolha de populações desassistidas pelo Estado para participarem de protocolos de estudos, conforme se verifica nas análises de pesquisas.

Concentrando-se na pesquisa, é comum verificar, nas análises dos protocolos de estudos, que os indivíduos vulneráveis socialmente são, em grande soma, os mais escolhidos para pesquisa. E é triste constatar que este juízo decorre da sua ingenuidade, da inabilidade de operar os mecanismos legais e, sobretudo, porque oferecem menos danos aos pesquisadores, embora este fato não seja compreendido conscientemente por muitos. E como boa parte dos cientistas aceita a tradição positivista, mesmo recorrendo às maquiagens legais, recusa-se em aceitar os novos compromissos humanistas trazidos pela bioética para a produção do conhecimento, a saber: o engajamento ético com o devido respeito pela dignidade humana. E, como todos estão envolvidos pelo sistema, com frequência, é comum que suas ações sejam dirigidas para obtenção de fins individuais, envolvendo-se, conscientes ou não, com o modo de produção econômico do sistema. Assim, em um sistema voltado para este acréscimo, os vulneráveis são, por excelência, os indivíduos que podem ser convertidos em OBJETO da pesquisa, já que os pobres não têm direitos humanos, salvo nas ações heroicas de advogados e políticos, como já afirmou Tilly (2006).

Em uma era na qual a noção do indivíduo se desvanece pelos referenciais das ciências que lhe explicam até os contornos da estrutura da realidade, sufocando a intuição inerente de que somos parte de algo que nos liga aos outros, o que exige uma obrigação mútua consciente, é significativo ressuscitar a recomendação kantiana de pensar o homem como um “fim em si mesmo” (KANT, 2007, p. 68). Não obstante, o homem está mergulhado bem antes do nascimento e depois da morte no discurso das ciências, que se inserem no molde de produção capitalista (MESZÁROS, 2004; REIS, 2015). Por este motivo, a reflexão da bioética precisa se articular com a compreensão da bolha, esta é indispensável para entender os contornos da própria sociedade.

E o pressuposto filosófico inicial para mudança na pesquisa científica é a tomada de posição humanística que parte do princípio de que qualquer avanço científico deva estar comprometido eticamente com o humano. A visão humanística que se defende exige a compreensão da bolha. Propõe-se, então, que se evidenciem as camadas ideológicas das ciências que impedem ou dificultam a compreensão da realidade e da própria atividade científica – e a participação efetiva dos cidadãos no controle social das pesquisas científicas que envolvem os seres humanos. Até que os cientistas tomem consciência da obrigação mútua com os participantes da pesquisa, é função do Estado garantir que toda pesquisa seja realizada com engajamento ético construído pela sociedade e não imposto ou secundarizado em agências incapazes de realizar uma concreta fiscalização da pesquisa. O Estado precisa assegurar os direitos individuais, cumprindo aquela função inicial das ciências na era moderna: criar as condições de prosperidade material para o bem-estar coletivo.

Na era moderna, instalou-se a narrativa de que, graças às ciências, o homem seria libertado das ideologias; porém, os homens ainda se encontram na ignorância fundamental de não reconhecerem a sua obrigação mútua entre uns e outros, chave da sobrevivência e aprimoramento, afinal de contas, só cuidando uns dos outros é que podem salvar-se a si mesmos. O Esclarecimento vislumbrava a maturidade da espécie que percebia no bom uso da razão a libertação do homem. Apesar disso, a razão colocou-se a serviço da dominação, privilegiando as matrizes econômicas, o que, por seu intento, garantiu o desenvolvimento da técnica comprometida com os ideais da sociedade liberal, deixando o princípio da dignidade humana apenas no plano do discurso, uma vez que há uma indisposição do sistema para cumprir os compromissos públicos do princípio da dignidade, já que sua produção busca atender aos desígnios do interesse econômico.

Bem entendido, a sociedade contemporânea foi moldada pelo discurso das ciências, que, ao fim e ao cabo, servem ao sistema. Este, por seu turno, é controlado pelas elites dominantes que moldam a realidade, de acordo com suas conveniências.

Conforme Max Weber (2004) havia mostrado, em *A política como vocação*, o Estado serve para que alguns homens dominem outros, o que revela que a política serve ao fim do grupo dominante. Por mais que o cientista acredite ser um Robinson Crusóe (2012), livre, responsável e dedicando-se ao exercício de sua atividade, ele se encontra em um mundo de relações de trocas pecuniárias, simbólicas e jurídicas, sujeitas aos efeitos políticos. Ora, se

as ciências e seus produtos são ferramentas utilizadas pelo poder, os efeitos práticos de sua atividade servem para que uns subjuguem outros. Todos estão estreitamente vinculados à bolha da realidade, ainda que muitos não deem conta disto.

A bioética precisa ter uma abordagem realista da produção do conhecimento, ainda que, concomitantemente, alimente a ideia de que o homem deve ser um fim em si mesmo. Carneiro Leão (1991) chama esta época de era atômica porque os conceitos e determinações das ciências decidem quais são as coisas que estão estreitamente relacionadas à realidade; ademais, numa análise de seu poder, elas moldam as atitudes dos comportamentos humanos que são internalizadas pelo processo de socialização controlado pelas instituições que se sustentam nas “verdades científicas”, ainda que nossa atitude frente a esse ou àquele resultado científico determine “[...] sempre o sentido do ser que somos e do ser que não somos” (LEÃO, 1991, p. 11-12). E, se é verdade que, tendo a economia de mercado como guia da espécie humana, o planeta se tornou uma bolha prestes a estourar por conta das desigualdades sociais, na qual uns vivem as benesses produzidas pelas ciências e seus produtos, enquanto outros apenas empobrecem e são excluídos do conhecimento técnico-científico, o que esperar do tempo vindouro? Octavio Paz (2017, p. 89) disse: “o triunfo da economia de mercado – um triunfo por *default* do adversário – não pode ser unicamente motivo de regozijo. O mercado é um mecanismo eficaz, mas, como todos os mecanismos, não tem consciência e tampouco misericórdia”. Mas do nunca, é preciso que se tome cuidado com a humanidade, e o primeiro passo é despertar aqueles que ainda creem no mito da razão, pois, da produção de perfumes, passando pelos complexos equipamentos que operam mísseis balísticos e antibalísticos, aos estudos de biotecnologia, vê-se a razão instrumental secundarizando as questões éticas para atender aos cálculos do mercado econômico.

## CONCLUSÃO

Vê-se bem que a razão crítica não tem como prosperar onde as leis do mercado fazem as normas para atender aos seus próprios propósitos. Não obstante, a participação efetiva dos cidadãos mais instruídos pode exercer algum controle sobre a produção científica, priorizando que toda atividade tenha engajamento ético e uma obrigação mútua de uns com outros. As palavras de Potter devem ser, sem dúvida, acentuadas nesta quadra do tempo dominada pelas ciências que determinam o sentido do ser. Eco que alguns evitam

de levar ao pé da letra como um conselho moral que, não seguido, terá repercussões nefastas para a vida das pessoas e do planeta. A concepção do ser humano não se limita aos aspectos fisiológicos, mas está atrelada às diversas dimensões em que ele coabita com semelhantes e outras criaturas, tendo como máxima uma abordagem realista ética.

A catástrofe vem sendo anunciada com a imensa desigualdade que aumenta a cada dia, mas o cidadão, aquele que percebe a vida além da economia de mercado, pode constituir ações voltadas para atividades que prezem pelo uso das ciências para eliminar as barreiras que impedem os pobres de terem acesso ao conhecimento técnico, resistindo à contínua desmontagem da rede do Sistema do controle social da pesquisa e, em simultâneo, colaborando para que cada empreendimento científico traga benefícios imediatos e tardios aos participantes da pesquisa. Aliás, o controle social da produção científica deve fomentar ações políticas que garantam que as conquistas alcançadas nestas pesquisas sejam desfrutadas prioritariamente pelos pobres, fazendo com que parte substancial se volte para a construção do bem-estar das populações envolvidas na pesquisa.

Que o propósito inicial de Bacon, e confirmado depois pelo Esclarecimento, torne-se uma realidade: que a ciência forneça prosperidade material e paz civil, não apenas no discurso, mas ao mundo real. Ademais, é preciso que os bioeticistas não se deixem levar pelo mito da razão instrumental, mas, opondo-se, de modo crítico, usem o próprio sistema e suas instituições democráticas para defender o princípio da dignidade humana, previsto na Constituição. Aliás, este é o pilar da organização do Estado e, portanto, a rede de proteção aos participantes da pesquisa no Brasil deve avançar em seus trabalhos, não retrocedendo e não secundarizando as questões éticas para atender a economia de mercado. Por este motivo, a pauta da obrigação mútua de cuidar um do outro precisa ser ampliada com debates de bioética que mudem a mentalidade da sociedade e criem espaços nas instituições sociais, mostrando que todos estão dentro da bolha.

A Modernidade trouxe a ideia de que o cidadão deve participar ativamente dos negócios públicos. Assim, é imperativo garantir igualdade de acesso ao conhecimento técnico-científico aos pobres. A bioética precisa adotar uma postura mais crítica em face da razão instrumental que rege o sistema, principalmente porque, na atual sociedade, em que as ciências se inserem no rol das forças produtivas da economia, o homem não é visto como um fim em si mesmo, mas sim como produto, como uma coisa, sem valor. E, sendo posto como objeto, é coisificado e perde sua dignidade por conta do domínio da razão

instrumental que o controla e segue colocando-o como mais uma coisa dentro do sistema. Entretanto, o sentido da vida não pode ser dado pelos caprichos da razão instrumental. Muito menos pela economia de mercado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, Theodor. e Horkheimer. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- Adorno, Theodor. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática, 1993.
- Aristóteles. *Órganon*. Bauru: Edipro, 2005.
- Bacon, Francis. *Nova Atlântida: a grande instauração*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- Bacon, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- Bourdieu, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp & Porto Alegre: Zouk, 2007.
- Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 16 out. 1996.
- Comte, August. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Comte, August. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- Defoe, Daniel. *Robinson Crusoe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Deleuze, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* In *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: 34, 1992.
- Descartes, Rene. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Durkheim, Emilè. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- Durkheim, Emilè. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- Durkheim, Emilè. *Educação moral*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Giddens, Anthony. *A Constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Habermas, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Herman, Edward and CHOMSKY, N. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Furtiva, 2003.
- Hobbes, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Horkheimer, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.



- Kant, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Lisboa: Edições 70, 2007.
- Kant, Immanuel. O que é esclarecimento? In *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- Leão, Emmanuel Carneiro. Aprendendo a pensar. Petrópolis: Vozes, 1991.
- Maquiavel, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Hedra, 2007.
- Meszáros, I. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Ortega y Gasset, José. Que é filosofia? Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1971.
- Parsons, Talcott. Estrutura da ação social. Petrópolis: Vozes, 1995.
- Paz, Octavio. A busca do presente e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2017.
- Pessini, Leo. As origens da bioética: do credo bioético de Potter ao imperativo bioético de Fritz Jahr  
In *Revista Bioética* (impr.) 21 (1), 2013.
- Platão. Górgias In *Diálogos II*. Bauru: Edipro, 2007.
- Potter, Van Rensselaer. *Global bioethics: building on the Leopold legacy*. Michagan: Michagan University Press, 1988.
- Reis, Nilo Henrique. A PESQUISA CIENTÍFICA NOS DEGRAUS DA BIOÉTICA. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, v. 12, n. 2, p. 408-441, ago. 2017. ISSN 1981-3694. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/24336/pdf>. Acesso em: 09. 11. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/1981369424336>.*
- Rousseau, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade*. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 2015.
- Tilly, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico In *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 18, nº 2, nov., 2006*.
- Touraine, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- Weber, Max. A política como vocação In *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.